

R REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

JULHO/SETEMBRO-2005

RENOVAR



241

Fundação Getúlio Vargas

SUMÁRIO

Doutrina

O novo papel do estado na economia — DIOGO DE FIGUEIREDO MOREIRA NETO	1
A responsabilidade extracontratual do estado e o princípio da proporcionalidade: Vedações de excesso e de omissão — JUAREZ FREITAS	21
O controle da regulação no Brasil — WALTON ALENCAR RODRIGUES	39
Arbitragem na indústria do petróleo no direito brasileiro — CARMEN TIBURCIO e SUZANA MEDEIROS	53
Gestação de fetos anencefálicos e pesquisas com células-tronco: dois temas acerca da vida e da dignidade na constituição — LUÍS ROBERTO BARROSO	93
Sinal verde para a arbitragem nas parcerias público-privadas (a construção de um novo paradigma para os contratos entre o estado e o investidor privado) — LAURO DA GAMA E SOUZA JR	121
As parcerias público-privadas (PPPS) e a constituição — GUSTAVO BINENBOJM	159
Precedentes e vinculação. Instrumentos do <i>Stare Decisis</i> e Prática Constitucional Brasileira — PATRÍCIA PERRONE CAMPOS MELLO	177
Administração pública e o princípio constitucional da eficiência — EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR	209
A arbitragem e as parcerias público-privadas — GUSTAVO HENRIQUE JUSTINO DE OLIVEIRA	241

Jurisprudência dos Tribunais

Contrato de concessão de serviço público — Impossibilidade de o poder público alterar unilateralmente cláusula econômica — Necessidade de compensação de concessionário	273
Indeferimento de autorização para funcionamento de curso superior — Ausência de motivação — Nulidade	295

Valores pagos indevidamente pela administração — Errônea Interpretação legal — Valores recebidos de boa-fé — inviabilidade de restituição	304
Aposentadoria concedida em desacordo com a Constituição de 67/69 — Boa-fé — Irredutibilidade de vencimentos	308
Simples atualização monetária não se confunde com majoração do tributo	311
Medida cautelar em ADPF — Suspensão de processos em curso perante justiça estadual — Elevação de vencimentos de professores com base no princípio de isonomia	315
 Pareceres	
Argüição de descumprimento de preceito fundamental. interpretação conforme à constituição de dispositivos do código penal. declaração de inconstitucionalidade da incidência sobre a hipótese de antecipação de parto de feto comprovadamente anencefálico — CLÈMERSON MERLIN CLÈVE	323
Empresa de aquisição de dados sísmicos, que cede seu uso para terceiros — Não sujeição ao ISS — Aspectos constitucionais e de lei complementar — Parecer — IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	341
Projeto de lei de iniciativa popular — Criação do sistema nacional de habitação de interesse social — Ausência de vício de iniciativa legislativa — Constitucionalidade — GILBERTO BERCOVICI	363
 Legislação	
Emenda Constitucional nº 46, de 5 de maio de 2005 — Altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal	367
Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 — Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências	367
Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005 — Acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.	369
 Índice analítico	371